



TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE NA POLÍTICA

ELEIÇÕES 2024

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE



Editor: Lázaro Mabunda | Director: Edson Cortez | Assessor: Joseph Hanlon | Oficial de Comunicação: Liliana Mangove

Número 347 – 05 de Dezembro de 2024

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

Número de empresas da família presidencial duplicou no último mandato de Nyusi
(baixe o boletim através do <https://bit.ly/3O6Et7g>)

Os políticos em Estrasburgo e os diplomatas em Maputo vêem um Moçambique diferente

A diferença de perceção entre os diplomatas em Maputo e os seus chefes nas capitais europeias está a aumentar. Foi o que demonstrou o debate de urgência sobre Moçambique no Parlamento Europeu, a 26 de Novembro, que foi muito cauteloso. Em contrapartida, a declaração conjunta, no dia seguinte, de cinco embaixadas em Maputo - Noruega, Suíça, Canadá, Reino Unido e EUA - condenou veementemente a escalada de violência contra civis. (Ver boletim [343 aqui](#))

O breve debate no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, contou com intervenções, que duraram cerca de um minuto, de deputados das várias facções (todas as intervenções estão disponíveis em <https://www.europarl.europa.eu/plenary/en/home.html>). Foi notório que aqueles que tinham participado na missão de observação eleitoral falaram de forma muito emotiva sobre os acontecimentos das últimas semanas, embora os seus contributos tenham revelado pouco conhecimento dos antecedentes históricos de Moçambique e sobre a situação actual.

Laura Ballarín Cereza, do PS espanhol, que liderou a missão de observação eleitoral, apelou a que o Conselho Constitucional de Moçambique analise os recursos apresentados. Reiterou também o pedido dos observadores para que a CNE publique os resultados discriminados por mesa de voto. O direito à manifestação pacífica deve ser respeitado, o uso excessivo da força deve ser evitado e todos os partidos devem abster-se de usar retórica inflamatória.

João Oliveira, eurodeputado do Partido Comunista Português (PCP), considerou o debate supérfluo e apoiou claramente o governo moçambicano.

Cabo Delgado ocupou um lugar de destaque nas declarações. O único orador que criticou fortemente a missão de treino militar da UE foi o representante da extrema-direita francesa, Rassemblement national (Rody Tolassy), que colocou o dedo na ferida:

“Mudar o nome de uma missão e atribuir mais 14 milhões de euros a uma formação militar que já é insuficiente. Mas onde está a eficácia e onde estão os resultados?

Foram investidos milhões de euros desde 2021, mas a situação continua a piorar”.

Marie Toussant, representante do Partido Verde francês, citou pesquisas recentes que mostram que o exército moçambicano massacrou 150 prisioneiros no local da TOTAL, em Cabo Delgado, em Julho de 2021, e pediu à UE que exija uma investigação internacional. “Este banho de sangue foi perpetrado pelo exército moçambicano que opera num campo de gás gerido pela maior empresa de petróleo e gás da Europa, a Total Energy. A Total sabia, mas deixou-o acontecer” <https://bit.ly/Moz-643>.

Muitos dos contributos condenaram o uso de violência por parte das forças de segurança contra os manifestantes, mas sem atacar o Governo ou pedir-lhe que faça cessar estes excessos de violência.

O debate sobre Moçambique começou com a posição oficial sobre Moçambique dada pela Comissária para a Igualdade, Helena Dalli, em nome do Alto Representante (Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE) Josep Borrell. “A brutalidade da repressão do aparelho de Estado e da Polícia agravou a situação. Deploramos o número considerável de vítimas mortais nas últimas semanas e condenamos igualmente o assassinato de dois políticos da oposição, a 19 de Outubro”, afirmou. Mas também disse: “Sublinho que a UE e a Missão de Observação Eleitoral não estão a tomar lado nenhum, e só agem com base em princípios como um importante parceiro e amigo de Moçambique, exclusivamente no interesse do povo moçambicano”. Terminou dizendo: “Trabalharemos com Moçambique da forma mais construtiva possível e no pleno respeito pelos interesses e valores da UE.”

A UE enfrenta um dilema em relação a Moçambique. Os “interesses” económicos são demasiado grandes, devido aos importantes recursos naturais, especialmente para a transição energética, por parte de alguns Estados-Membros. Trata-se, sobretudo, da França, mas também da Itália, no que respeita à exploração do gás, aos laços estreitos com Portugal e aos interesses geoestratégicos, que não querem deixar Moçambique inteiramente sob influência da China ou da Rússia.

Por esta razão, não se espera que a UE tome uma posição clara sobre a fraude eleitoral e a actual repressão do aparelho de Estado em Moçambique, como o fez no caso da Venezuela e está agora a fazer com grande clareza na Geórgia, onde está mesmo a ameaçar com sanções.

No dia 1 de Dezembro, a antiga primeira-ministra da Estónia, Kaja Kallas, tomou posse como nova chefe da política externa da UE (Alta Representante). Irá ela traçar um rumo diferente para Moçambique sob a nova composição da Comissão Europeia e uma composição muito mais conservadora de direita do Parlamento Europeu?

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	Director: Edson Cortez Autor: Lázaro Mabunda Editor: Lázaro Mabunda Assessor: Joseph Hanlon Revisão Linguística: Samuel Monjane Layout: Alberto Manguela	Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschield, Rua Fernão Melo e Castro nr. ° 124, Maputo Web: https://www.cipeleicoes.org/ Facebook: @cipeleicoes Instagram: @cipeleicoes Tiktok: @cipmoz Telegram: +258 843890584

Financiado por:



Parceiros do CIP:

